Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 2
Título: Equívocos do conteúdo local mínimo 2
Título: Criação de órgão para coordenar setor de gás divide associações 3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4
Título: Aneel reajusta valores das bandeiras tarifárias 4
Título: Enel conclui compra da Celg-D 5
Título: Terra e água fazem conflitos se perpetuarem 7
Título: Ansiedade 9
VEÍCULO: Valor Econômico 9
Título: Fim do conteúdo local é danoso, diz estudo da Fiesp 9
Título: Destaques 11
Título: Enel avalia novas compras no Brasil 11

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Equívocos do conteúdo local mínimo

A política de conteúdo local mínimo (PCL) na exploração do petróleo foi ampliada nos governos do PT. O objetivo era fortalecer a indústria nacional, mas acabou acarretando custos mais altos para a Petrobras e outras empresas.

Relatório contundente do Tribunal de Contas (TCU) realçou seus inúmeros defeitos: complexidade, rigidez e desconexão com a realidade da indústria. A PLC "gera, efetivamente, custos adicionais relevantes ao setor de produção de petróleo e gás". Na parte relativa à indústria naval, a mais significativa, tudo "é muito mais caro do que em outros estaleiros internacionais".

Políticas equivocadas, mesmo que bem-intencionadas, causam danos. Foi assim na política industrial do governo Geisel, adotada em reação ao choque do petróleo de 1973. Dobrou-se a aposta na substituição de importações -estratégia que se esgotava- de bens de capital e insumos básicos. O Brasil perdeu muito.

Foi assim também na Constituição de 1988. Sob influência de corporações e sem enxergar as mudanças no mundo, enfatizou-se a estatização, a intervenção na economia e maiores gastos sociais que eram justificáveis, mas insustentáveis. Continuamos a pagar o preço dos equívocos.

Começamos a mudar ainda nos anos 1980, com o início da abertura da economia, as reformas nas finanças federais e o apoio da sociedade à privatização. O processo se acelerou nos anos 1990 com Collor e, depois, com o Plano Real. O Brasil se livrava da "Era Vargas" e ascendia com a modernização de Fernando Henrique Cardoso.

A evolução continuou com Lula, mas foi revertida a partir de 2006. Voltamos ao passado. A crise financeira mundial foi a inspiração para ressuscitar o nacional-desenvolvimentismo. No final do governo Lula surgiu a Nova Matriz Econômica, que muito contribuiu para a pior das recessões.

A nova lei do petróleo (2010) substituiu o modelo de concessão, que dava certo aqui e no mundo, pelo de partilha, típico de países subdesenvolvidos de instituições frágeis. As regras da PLC foram alteradas para pior.

A ideologia guiou as reservas de mercado e o protecionismo exagerado. Foram desprezadas as tendências da indústria no mundo analisadas por Richard Baldwin no livro "The Great Convergence" (Harvard University Press, 2016).

A nova globalização iniciada nos anos 1990, afirma ele, foi impulsionada pela revolução nos transportes, nas comunicações e na tecnologia de informação

A maior potência dos computadores, a robotização e a queda nos custos de comunicação habilitaram empresas multinacionais a gerir processos mais complexos.

A produção, fatiada em componentes, acontece em vários países, a custos mais baixos. Surgiu a rede global de suprimentos (ou de valor). Os preços caíram e perto de 1 bilhão de pessoas saíram da pobreza nos mercados emergentes.

Baldwin identifica seis países que se beneficiaram da nova realidade: China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Tailândia e Polônia. A característica comum entre eles é a abertura ao comércio internacional.
Nenhum latino-americano está na lista. O Brasil, fechado, "não tem efetivamente participado da nova internacionalização da produção", diz ele.

A saída está, pois, em reformas para integrar o país à rede global de suprimento, e não em reservas de mercado. Há que preparar o Brasil para o novo mundo, não sucumbir aos lobbies que resistem à revisão das regras de conteúdo local mínimo. Liguemo-nos no futuro, abandonando o que não deu certo.

MAÍLSON DA NÓBREGA, economista, é sócio-diretor da consultoria Tendências. Foi ministro da Fazenda (governo José Sarney)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo
Seção: Mercado
Autor: Maria Cristina Frias
Título: Criação de órgão para coordenar setor de gás divide associações

Associações da iniciativa privada que se debruçam sobre como deve ser o modelo de negócios do setor de gás natural têm discordâncias sobre a criação de um órgão de controle do segmento.

O governo estabeleceu um grupo de estudos para discutir o mercado, após a Petrobras anunciar que não irá se responsabilizar por toda produção e todo o transporte de gás até as distribuidoras.

Associações que formam o grupo ficaram incumbidas de formular uma proposta.

Algumas, como a Abraceel (comercializadores de energia) defendem a criação de um órgão como o ONS (Operador Nacional do Sistema) do sistema elétrico, para coordenar produção e transporte.

É importante que haja um agente de controle, segundo Alexandre Lopes, diretor da entidade, por causa de uma verticalização no mercado: "Há empresas que produzem gás e também têm gasodutos".

Para a Abegás (das distribuidoras), a ideia não funcionaria, diz o presidente Augusto Salomon.

"A maior parte da produção de gás, hoje, é associada à do petróleo: quando se extrai um, se captura o outro. Um órgão não pode determinar em qual campo o GLP deve ser produzido."

O IBP (de petróleo) defende um agente cuja função seria só de balanceamento do sistema —ou seja, corrigir excessos de gás que entram nos dutos— e da transparência aos volumes movimentados.

"É uma necessidade ter um órgão", diz Luiz Costamillan, secretário-executivo do IBP.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Aneel reajusta valores das bandeiras tarifárias

Sistema indica quando a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração das hidrelétricas; hoje, as contas de luz estão sem cobrança extra

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reajustou os valores das bandeiras tarifárias cobradas na conta de luz de todos os consumidores do País. O valor da bandeira amarela, que era de R$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora, subiu para R$ 2. A bandeira vermelha, que tem dois patamares de acionamento para situações mais críticas, manteve em R$ 3 o patamar 1 e reduziu de R$ 4,50 para R$ 3,50 o segundo patamar. Os valores entram em vigor imediatamente e passam a valer até dezembro. Hoje a bandeira tarifária está verde, ou seja, sem cobrança extra na conta de luz.

As distribuidoras de energia queriam que a Aneel criasse um segundo patamar de bandeira amarela, para que o mecanismo de cobrança fosse acionado em situações menos graves de geração de energia, mas a Aneel rejeitou a proposta. O sistema de bandeiras verde, amarela e vermelha é usado para indicar se a

energia custa mais ou menos, em função das condições de geração das usinas hidrelétricas.

Para estabelecer o momento de acionamento de cada bandeira, a Aneel utiliza faixas de preço de geração cobrado pelas usinas. Conforme o preço da energia aumenta devido à redução de água nos reservatórios - o que leva ao acionamento de mais usinas térmicas, que são mais caras , a agência adota a devida bandeira tarifária, para cobrir esse custo adicional.

No ano passado, a cobrança de bandeira tarifária resultou na arrecadação de R$ 3,5 bilhões. O recurso não foi suficiente para cobrir o rombo do "risco hidrológico" das usinas e do custo de acionamento das térmicas, fatura que chegou a cerca de R$ 5 bilhões. A diferença de R$ 1,5 bilhão será incluída nos reajustes tarifários de cada distribuidora do País.

Impacto. A Aneel decidiu antecipar aos reajustes tarifários deste ano metade dos custos associados ao "risco hidrológico" das hidrelétricas. Trata-se, basicamente, de uma parte da conta que as bandeiras tarifárias não conseguem cobrir. O risco tarifário é a diferença entre aquilo que as hidrelétricas deveriam gerar e o que efetivamente conseguiram entregar ao sistema.

Até o ano passado, essa conta que as bandeiras tarifárias não eram capazes de quitar era repassada ao consumidor apenas um ano depois, nas datas de reajuste tarifário das distribuidoras de energia. Essa situação criou forte pressão financeira sobre as distribuidoras, que tinham que quitar o rombo mensalmente para, só no ano seguinte, repassar o custo para a conta de luz.

A Aneel vai antecipar 50% dos valores projetados para este ano e permitir que sejam cobrados nos reajustes das distribuidoras já em 2017. Essa conta é estimada em R$ 5 bilhões, valor que, segundo técnicos da agência, deverá ter impacto de 2,5% sobre a conta de luz. Isso não significa que a energia vai subir nesse patamar, já que é preciso considerar outros custos e receitas que incidem sobre a energia entregue ao consumidor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Enel conclui compra da Celg-D

A Enel Brasil, subsidiária do grupo italiano de energia no País, estabeleceu como foco principal de seu trabalho na recém-adquirida Celg Distribuição (Celg-D) a melhora operacional da distribuidora. A compra de 94,8% da empresa, um negócio de R$ 2,18 bilhões, foi concluída nesta terça-feira, dia 14.

Em entrevista ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o presidente da empresa, Carlo Zorzoli, detalhou três prioridades: a melhora na qualidade de serviço, buscando reduzir os indicadores de duração das interrupções no fornecimento; o atendimento à demanda reprimida, o que deve exigir investimento na rede existente; e a realização de conexões.

A estimativa preliminar divulgada anteriormente pela empresa aponta para investimentos da ordem de US$ 800 milhões em três anos, até 2019. Zorzoli reiterou o número, mas destacou que este é apenas um valor indicativo e que o plano de investimentos concreto ainda será construído, com base na análise dos investimentos anteriormente previstos na distribuidora e na identificação das reais necessidades.

Além dos investimentos que deverão ser realizados, Zorzoli citou que a Celg-D deve se beneficiar de ganhos de sinergia, e lembrou que estes não virão somente de esforços coordenados com outras distribuidoras que a Enel detém no Brasil (no Ceará e no Rio). Considerando apenas os números do Brasil, a Enel passa a atender agora dez milhões de clientes, ante os 7 milhões que detinha anteriormente. Com isso, o Brasil passa a ser o terceiro maior mercado para a companhia no mundo, atrás da Itália e da Espanha.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Sindicato denuncia Transpetro por redução de equipes

Entidade sindical alerta Marinha para riscos do corte no número de tripulantes nos navios da subsidiária da Petrobrás

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos (Conttmaf) está acusando a Transpetro, subsidiária da Petrobrás, de reduzir o número de tripulantes em suas embarcações, o que eleva o risco da operação. Desde dezembro, a Conttmaf diz ter encaminhado ofícios à Diretoria de Portos e Costa (DPC) da Marinha para alertar sobre os riscos da prática adotada por empresas na área de offshore.

Um dos maiores riscos, de acordo com a entidade, é a fadiga dos trabalhadores, que poderia resultar em acidentes graves. Em ofício encaminhado no início de dezembro, a associação faz várias acusações à Transpetro e pede que a Marinha aumente a fiscalização nas embarcações. Segundo o diretor da Conttmaf, Carlos Müller, hoje cada navio da empresa está operando com cinco tripulantes a menos, em média. "Antes, um navio era tripulado por 23 pessoas. Agora tem 19 e há casos em que trabalham só

com 16 ou 17." Pelas regras, cada embarcação tem uma quantidade mínima de trabalhadores definida pela Marinha.

Esses números constam do Cartão de Tripulação de Segurança, conhecido como CTS. Nos anos 1990, houve uma pressão para reduzir o número de tripulantes constante nesse documento. O corte foi autorizado, mas depois de uma série de manifestações contrárias à medida, os armadores voltaram atrás e mantiveram o número de tripulantes. No papel, no entanto, a redução foi mantida.

Nelson Carlini, ex-presidente da CMA CGM, uma das maiores armadoras do mundo, porém, é crítico em relação à denuncia da Conttmaf. Para ele, o Brasil sempre trabalhou com um número de tripulantes muito acima da média mundial. "Há navios que atracam no País com 9 tripulantes. Não há mais necessidade para um monte de gente, como no passado. Todo mundo tem de fazer tudo agora. E, numa situação como a da Petrobrás, é preciso aplicar o bom senso." Outras acusações feitas à Transpetro referem-se ao desvio de função de tripulantes que passaram a ser designados para fazer atividades daqueles que foram cortados; alteração de registros de horas trabalhadas para menos; e ocorrência de fadiga na tripulação.

Procurada, a Transpetro não quis se pronunciar. Já o DPC afirmou que se reuniu recentemente com a confederação e com a empresa para buscar alternativas para a manutenção dos empregos e para uma operação menos onerosa nesses tempos de crise.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: ESPECIAL

Autor: Leonencio Nossa

Título: Terra e água fazem conflitos se perpetuarem

Comuns na época em que Guimarães Rosa escreveu "Grande Sertão: Veredas", disputas agrárias continuam ocorrendo no norte mineiro.

"Soante que mesmo vi e assaz me contaram; e outros – as ruindades de regra que executavam em tantos pobrezinhos arraiais... Esses não vieram do inferno? Saudações. Se vê que subiram de lá antes dos prazos, figuro que por empreitada de punir os outros, exemplação de nunca se esquecer do que está reinando por debaixo. Em tanto, que muitos retombaram para lá, constante que morrem... Viver é muito perigoso." Terras de posses rurais antigas, o norte e o noroeste mineiros vivem uma erupção de conflitos no campo ao estilo das áreas agrícolas em expansão.

Cruzamento de dados públicos revela disputas agrárias em pelo menos 33 municípios dessa região. Boa parte envolve fraudes em processos de assentamento e ações para impedir o acesso de comunidades tradicionais de geraizeiros e veredeiros a serviços de energia elétrica e infraestrutura oferecidos pelo poder público. Em Grande Sertão: Veredas, Riobaldo relata que, nas andanças pelo norte de Minas, ele mesmo viu a violência contra adultos e crianças nas disputas rurais, nos processos de grilagem e na ocupação violenta do solo, que resultavam na destruição de vilarejos e na matança de rebanhos em sítios e fazendas. Ao narrar o drama da terra, o jagunço usa uma das expressões mais conhecidas do livro: "Viver é muito perigoso". Comum no século 19 e nas primeiras décadas do século 20, o problema social contado pela ficção de Guimarães Rosa se repete com frequência na vida real até os dias atuais. (...)

Briga com empresa não deixa energia chegar

Famílias de Capão Celado vivem sem luz elétrica porque disputa na Justiça impede que postes da Cemig sejam instalados na região

Em 2014, quando a última etapa do Programa Luz para Todos, do governo federal, chegou a Capão Celado, mulheres da comunidade localizada em Buritizeiro (MG) fizeram, na enxada, uma picada de suas casas até o último poste instalado. "Ter luz ajuda demais", diz Zelu Veloso, uma delas, hoje com 65 anos. Mas a energia elétrica ainda não chegou às oito famílias de veredeiros, como são chamados os produtores que vivem de pequenas criações de gado e extração de coco de buriti.

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) não fez a ligação porque a Ligas de Alumínio S.A. (Liasa) conseguiu na Justiça barrar a continuidade do trabalho. Quando a empresa chegou à localidade, nos anos 1960, as famílias já moravam ali. Elas reclamam que a companhia quer expandir sua posse. "Ela reconhece que a gente é dono disso aqui, mas não deixa de perseguir", afirma Messias Afonso Veloso, marido de Zelu, um ex-tropeiro de 77 anos. O Estado procurou a direção da Liasa em Belo Horizonte e Pirapora, mas a empresa não quis se pronunciar. O escritório de advocacia que atende a empresa na capital mineira afirmou que o processo envolvendo a Liasa e as famílias é de sigilo empresarial.

A Cemig informou que Messias fez três pedidos de luz. Nos dois primeiros, em 2009, faltaram informações. Em 2012, foi apurado que o atendimento era "irregular", pois constava que ele e demais solicitantes eram "posseiros". A Liasa apresentou uma escritura da terra à Cemig e carta negando "servidão de passagem" para levar luz às casas. A condição de "posseiros" não impediu que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba instalasse caixas d"água nem que a prefeitura de Buritizeiro abrisse escolinha na comunidade – hoje fechada. Segundo o Ministério de Minas e Energia, desde

2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica considera que a energia está "universalizada" na região.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Ansiedade

Sem nenhuma emissão de debênture convencional desde o começo do ano, as assets e outros investidores institucionais aguardam com ansiedade as debêntures da CPFL Piratininga e da Rio Grande Energia. Juntas, as duas operações somam R$ 686 milhões. Uma secura reinou no mercado desde o final do ano passado. Há somente um registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), de R$ 1,6 bilhão, no mês passado, da emissão da Andrade Gutierrez. Em janeiro de 2016, o número estava na casa dos R$ 6,4 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marta Watanabe

Título: Fim do conteúdo local é danoso, diz estudo da Fiesp

Estudo do Departamento de Competitividade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende que a mudança das regras atuais de conteúdo local para exploração e produção de óleo e gás para um índice global único reduziria a produção, o número de empregos e a arrecadação gerada pela indústria nacional de bens e serviços.

Em discussão desde setembro do ano passado, a nova política para conteúdo local deve ser definida amanhã, durante reunião que será coordenada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

As empresas de exploração e produção de petróleo e gás defendem a simplificação das regras atuais que, segundo elas, geraram uma indústria de multas, e a aplicação de um índice global, capaz de atrair investimentos e fomentar a criação de cadeia de fornecedores com maior competitividade.

A indústria fornecedora de bens e serviços ao setor, porém, rejeita a ideia de um índice global. Segundo o estudo da Fiesp, com índice global único de 40%, o conteúdo local pode ser alcançado com zero de máquinas e equipamentos produzidos internamente, o segmento industrial que mais agrega valor e mais gera empregos. No fornecimento de bens e serviços para petróleo e gás, os

serviços respondem por 50% da demanda, e bens pelos demais 50%, sendo 20% em máquinas e equipamentos e 30% em insumo como placas, partes e peças.

Hoje, aponta o estudo, com investimento de R$ 1 bilhão na exploração e produção de petróleo e gás, a produção interna de bens e serviços do setor gera R$ 551 milhões em contribuição para o PIB e 1.532 empregos. Se forem retiradas as regras de conteúdo local, o mesmo valor de investimento resultaria em R$ 43 milhões para o PIB e 144 empregos. A arrecadação gerada em tributos cairia dos atuais R$ 521,5 milhões para R$ 31 milhões e o total dos salários pagos, de R$ 293,9 milhões para R$ 27,8 milhões. Os impactos foram medidos para o médio e longo prazos, considerando que a demanda de bens passaria a ser 100% atendida pelas importações.

As atuais exigências de conteúdo local vigoram desde 2005, quando as regras passaram a ser mais específicas, com fiscalização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) dos percentuais estabelecidos para cerca de 90 itens. O descumprimento dessas regras geraram multas que são alvo de críticas das operadoras.

Uma das ideias que chegou a ser oferecida pela indústria na discussão das novas regras para o setor foi simplificar o modelo atual substituindo os 90 itens com índices de conteúdo locais para cinco segmentos: serviços, infraestrutura, máquinas e equipamentos, sistemas e engenharia de projetos. As multas seriam substituídas por medidas compensatórias. Mais recentemente, porém, as operadoras do setor passaram a defender um índice único e global de conteúdo local.

Foi por conta da política de conteúdo local, diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor de competitividade da Fiesp, que muitas empresas multinacionais produtoras de petróleo investiram no Brasil e as empresas nacionais se posicionaram para isso.

Depois de um período de grande crescimento, o setor, aponta o estudo, foi afetado pela Operação Lava-Jato, os problemas de gestão da Petrobras e a queda de preços do petróleo. A Petrobras reduziu os investimentos e suas encomendas de bens e serviços. Entre 2014 e 2015, aponta a Fiesp, o número de trabalhadores no setor recuou 14%, enquanto em toda a indústria de transformação o recuou foi de 7,3%. A produção do setor caiu 14,5% contra 10,8% de queda em toda a indústria de transformação.

"Hoje a Petrobras está voltando a investir, embora em níveis melhores do que os planejados anteriormente e todos têm interesse em voltar a produzir", diz Roriz. O diretor da Fiesp ressalta que o conteúdo local foi adotado por países como Estados Unidos, Noruega e Reino Unido, o que contribuiu para o aumento da produção de petróleo no longo prazo porque se manteve o conceito de adensamento da cadeia. "É importante que a decisão do governo não seja a de

comprar onde é mais barato", diz ele. O que pesa contra a indústria nacional, argumenta, é o custo de se produzir no Brasil, o que ocasiona um diferencial médio de preços de 30% entre o produto nacional e importado.

VEÍCULO: Valor Econômico
Seção: Empresas
Autor:
Título: Destaques

Petróleo em alta

O petróleo futuro fechou em alta ontem, impulsionado pelos recentes relatórios, da Agência Internacional de Energia (AIE) e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), de que os maiores produtores estão cumprindo a promessa de cortar a produção, firmada em acordo no fim de novembro. O Brent para abril avançou 0,7%, a US$ 55,97 o barril, em Londres. O WTI para entrega em março fechou em alta de 0,51% a US$ 53,20 o barril em New York. Se o ritmo das reduções observado em janeiro, quando o grupo alcançou nível de conformidade de 90% com o que foi acertado em novembro, mantiver-se nos próximos seis meses, o mercado global de petróleo pode se tornar deficitário, em termos de oferta, na segunda metade do ano, período em que a demanda costuma aumentar, diz Tim Evans, analista da Citi Futures.

VEÍCULO: Valor Econômico
Seção: Empresas
Autor: Rodrigo Polito
Título: Enel avalia novas compras no Brasil

O grupo italiano Enel avalia adquirir mais distribuidoras de energia o Brasil. Lembrando que a companhia planeja investir € 3,2 bilhões no país, entre 2017 e 2019, o presidente da Enel Brasil, Carlo Zorzoli, afirmou que "temos a possibilidade e a capacidade de fazermos mais para sermos um ator na consolidação do mercado de distribuição".

O executivo participou ontem, em Goiânia, da assinatura do contrato de compra da Celg Distribuição (Celg D), cujo leilão foi vencido pela Enel, pelo valor de R$ 2,187 bilhões, por 94,8% do capital da distribuidora. O restante será oferecido a funcionários e aposentados da Celg D, por meio de processo que prevê a compra pela Enel das ações não adquiridas por eles

Zorzoli lembrou que a Enel prevê investir US$ 800 milhões em melhorias e na ampliação da rede da Celg D, nos próximos anos. Ele, no entanto, explicou que,

após olharem todos os detalhes da empresa, "o investimento final será o que for preciso para que a Celg tenha indicadores de qualidade, de atendimento da demanda, novas conexões, etc, em patamares de excelência".

Os principais eixos de ação da Enel na Celg D serão a modernização, digitalização e ampliação da rede elétrica da distribuidora. Ele destacou que os investimentos em digitalização da rede possibilitaram a queda de 20% do índice de duração média de interrupções na Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia), em apenas um ano.

Questionado sobre eventuais ações na Justiça contrárias ao negócio, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Psol, no Supremo Tribunal Federal (STF), Zorzoli ressaltou que a operação foi concluída ontem, com o pagamento do valor firmado no leilão, a assinatura do contrato e a transferência das ações.

Com a operação, o Brasil se tornou o terceiro maior mercado da Enel no mundo, em número de clientes, atrás de Itália e Espanha.

MME / ASCOM .